

**A MALANDRAGEM COMO CATEGORIA REPRESENTATIVA DO BRASIL,
CONSOANTE ANTONIO CANDIDO**

**THE TRICKERY AS REPRESENTATIVE OF BRAZIL CATEGORY,
ACCORDING TO ANTONIO CANDIDO**

Éverton Barbosa Correia*

RESUMO

O ensaio “Dialética da malandragem” será apreciado no cotejo da leitura do romance Memórias de um sargento de milícias. Para tanto, haverá a contraposição a duas perspectivas distintas: uma que é a leitura de Roberto Schwarz sobre o texto de Antonio Candido, enquanto que a outra reúne pronunciamentos de Joaquim Nabuco sobre a memória escravocrata e sobre o funcionalismo público, cujo foco incide sobre a ambientação do romance e é alçado à representação social do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica literária brasileira; romance oitocentista; representação social.

ABSTRACT: The essay “Dialética da malandragem” will be appreciated in the collation to reading the novel Memórias de um sargento de milícias. To do so, there will be a contrast to two distinct perspectives: one which is the reading of Roberto Schwarz about the text by Antonio Candido, while the other meets of Joaquim Nabuco pronouncements on slave memory and on the civil service, whose focus lights on the ambiance of the novel and is raised the social representation of Brazil.

KEYWORDS: Brazilian literary criticism; Nineteenth century novel; Social representation.

Tal personagem, qual Romance

É sempre difícil limitar o alcance de uma obra cuja valoração haverá de ser atualizada sistematicamente pelo encadeamento de gerações de leitores que se sucedem nem sempre de maneira apaziguadora, a considerar os conflitos que ligam as gerações entre si, cuja pauta não raro é a de superar, quando não a de suprimir, as afirmações e conquistas da geração anterior. Diante do raciocínio, não deixa de ser curioso que a obra de Manuel Antonio de Almeida tenha ressonância considerável ainda hoje, menos pelo seu apuro formal, do que pela interpretação que Antonio Candido consignou ao romance Memórias de um sargento de milícias. É preciso asseverar que, sem a intervenção do crítico, outro seria o lugar ocupado por aquele folhetim em nosso desenvolvimento literário ou na representação que suporta, para a qual muito vem a calhar sua caracterização de “romance malandro”. Tanto é verdade que, em comentário àquela interpretação, no artigo “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, Roberto Schwarz se refere a Antonio Candido sempre como Autor, com “A” maiúsculo, reforçando a ideia de que a leitura do romance se dá invariavelmente pela sobreposição daquela crítica. Daí a necessidade de, passado o sesquicentenário da escritura da obra e próximo ao cinquentenário da crítica, precisarmos fazer um balanço de ambos, a partir dos termos propostos pela própria leitura tal como foi estruturada e se grava em nossa historiografia. Com este propósito, convém especular algo acerca da acepção da dialética acionada ali, bem como do leitor especializado, assomado indiscutivelmente ao ponto máximo que a crítica literária chegou no Brasil por meio do ensaio “Dialética da malandragem” de Antonio Candido.

A dialética supramencionada é de extração marxista, para a qual existe uma vinculação incontornável entre os elementos da infra-estrutura (designada pelo sistema de produção) e os da superestrutura (identificada pela representação simbólica do sistema). A distinção, por mais didática que

* Professor Adjunto – Instituto de Letras - UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus Maracanã. E-mail: evertonbcorreia@gmail.com

se pretenda, não esgota a gama de possibilidades aventada, a ser atualizada conforme o caso, posto que cada sistema de produção se realize a seu modo, sem poder ser imediatamente transferível a outro. Se o sistema capitalista rejeita, por princípio ou por definição, as formulações do sistema escravista, que dizer do capitalismo periférico sob o regime escravocrata que se abateu no Brasil oitocentista? É sob esta circunstância social adversa que foi escrito e publicado – inicialmente como folhetim e depois como livro – o romance *Memórias de um sargento de milícias* e é sob tal circunstância que o crítico lhe reputa valor representativo. Valor que, a seus olhos, tem que passar por um processo de transfiguração, haja vista que a obra não pode ser simples reflexo ou ilustração da realidade e que só vem a interessar porquanto se apresenta formalizada na estrutura linguística. Ou seja, só interessa aquilo que o romance apresenta como constituinte verbal de extensão pública, tanto para os seus leitores contemporâneos quanto para os posteriores. Na leitura de Antonio Candido do romance *Memórias de um sargento de milícias*, o elemento formal mais destacado é a personagem Leonardo que mantém uma relação espectral com o pai, cujos procedimentos se fazem usuais àquele universo e se alastram por todos os demais elementos formais, a saber, o narrador, as personagens secundárias, o desenrolar do enredo e a estruturação narrativa, bem como os espaços em que as cenas decorrem. Tudo ali nos leva a crer que o desregramento é a norma irrestrita e vigente, conforme a observação do crítico que se nos parece convincente.

De acordo com o argumento, a personagem Leonardo – homônima do pai – passa a ser entendida como principal elemento estruturador do romance, cujo diálogo enreda nas demais personagens uma moralidade comum que, entrelaçada nos demais elementos, constitui uma tessitura narrativa peculiar, que simula uma malha discursiva, para a qual interessa mais o efeito que provoca enquanto um todo articulado, do que pela impressão causada por cada uma das partes envolvidas. Tais partes só passam a ter sentido porquanto enunciam uma totalidade que ilustram e que vem a lhes representar, como símiles dispersos da sociedade de que são provenientes, incidindo diretamente sobre a percepção dos leitores e repercutindo na sua sensibilidade.

Nesse passo, a personagem Leonardo não comunica nada que não seja legível enquanto objeto de uma circunstância discursiva bem determinada, que vem a ser extensiva a tempos outros daquele espaço ou a espaços outros daquele tempo histórico brasileiro, para adquirir valor representativo além da circunstância de seu pronunciamento, fosse em jornal ou em livro, já que a diferença de publicação entre os duas mídias é de uns poucos anos. O que está em pauta, a rigor, é o seu poder de comunicação para século XIX e, em última instância, o que ali se comunica efetivamente do Brasil, ampliado do Oitocentos até os nossos dias. Daí advém a necessidade de qualificar a personagem como sendo caracteristicamente brasileira, donde decorre a distinção do pícaro e o surgimento do “malandro” como uma categoria específica que alça à condição de elemento representativo, ilustrativo e explicativo do que venha a ser entendido como brasileiro. Como se vê, a caracterização brasileira passa a ser instância de valoração do romance, que adquire, por seu turno, estatuto de representação social.

Para tanto, a malandragem que passa a designar a personagem Leonardo transfere-se, por reduplicação, para os demais elementos estruturadores do romance, que precisa se contrapor enquanto característica distintiva a tudo quanto decorresse do pícaro. À personagem picaresca, correspondia o romance picaresco, agora o romance malandro corresponde às demandas da personagem malandra. Em oposição ao romance picaresco surge, portanto, o romance malandro, que assim se caracteriza em toda a extensão de suas categorias, incluindo aí o narrador malandro, o espaço do malandro, o tempo do malandro, personagens e enredo malandros. Pois, para que a malandragem se constitua como elemento representativo, a representação não pode ser ilustrada por um índice circunstancial apenas, mas, ao invés, a circunstância narrada precisa se materializar quantitativamente no tecido discursivo do romance, já que, somente assim, ganhará estatuto substancial, uma vez que a incidência recorrente de um fenômeno revela sua qualidade, apontando para o substrato representativo.

Cumpre destacar, todavia, que a despeito de o artigo “Dialética da malandragem” ter sido publicado originalmente em 1970, só foi coligido em capítulo de livro em *O discurso e a cidade* (1993), cuja inserção na compreensão da cultura brasileira tem disposição incomum no âmbito da crítica literária, notadamente devido à sua formulação que se pauta por uma linha argumentativa surpreendente. Pois após breve comentário acerca da recepção do romance de Manoel Antonio de Almeida na crítica de José

Veríssimo, na de Mário de Andrade e na de Darcy Damasceno, o ensaio se estrutura sob os seguintes itens: 1. Romance picaresco?; 2. Romance malandro; 3. Romance documentário? 4. Romance representativo; 5. O mundo sem culpa. Observando a sequência, deduz-se que à hipótese de ser Memórias de um sargento de milícias um romance picaresco, contrapõe-se a antítese de ser um romance malandro; de igual modo a hipótese de ser um romance documentário é contradita pela antítese de ser um romance representativo, cuja síntese é ilustrada pelo “mundo sem culpa”. Assim disposto, o ensaio adquire uma estruturação relativamente simples e até moralista, se considerarmos que reside na culpa o núcleo da intriga que move o enredo. Difícil é saber se tal simplificação se deve ao didatismo característico ao crítico ou se à própria simplicidade do problema enunciado. Para desincargo, passemos a outro nível de apreciação do ensaio.

Ser ou não ser pícaro, dilema da ficção brasileira

A distinção da categoria do malandro em relação à do pícaro se dá em vários estratos de leitura: da origem social da personagem, da sua movimentação no interior da narrativa, da relação com o narrador e do modo como ocupa os espaços pelos quais circula. Consoante a descrição do crítico, a origem social do pícaro é popular e a de Leonardo, não; o pícaro se faz esperto como reação à sua condição social, ao passo que Leonardo já nasce feito; o pícaro acumula a função de narrador, utilizando a primeira pessoa, enquanto as Memórias são narradas na terceira pessoa, sob perspectiva oscilante de acordo com a personagem em foco; o pícaro visa à ascensão social, o que não está colocado para Leonardo cujo espaço de atuação já está prefigurado desde o seu nascimento como salvo-conduto que lhe dá acesso a todos os ambientes, como se não precisasse de nenhuma credencial ou conquista. Este traço permissivo ilustra certa moralidade, à proporção que a personagem ignora deliberadamente os códigos que regem cada um dos espaços por onde perambula. Ademais, a inobservância dos códigos vigentes não resulta em censura e menos ainda em penalidade, cuja decorrência imediata é de um mundo sem culpas, para o qual ordem e desordem se equivalem, na medida em que não vigora nenhuma instância repressora, seja jurídica seja religiosa. A possibilidade de repressão ilustrada pela figura de Vidigal, personagem decalcada da história, antes reforça e amplia a permissividade ali presente, do que inibe sua incidência.

Sendo bastante convincente a formulação crítica, sobretudo porque torna verossímil um romance esdrúxulo e caricato, permite que especulemos ainda um pouco acerca da propriedade da caracterização proposta por Antonio Candido, tanto pelo raciocínio que postula quanto pela postura que solicita de seu leitor, que se desdobra em múltiplos ofícios que vão da História, passando pela Sociologia, mas não se esgotam aí. O fato incontornável é que sua obra repercute em vários domínios afins à literatura, como se a crítica ainda pudesse dialogar com outras áreas de conhecimento, o que parece ser um traço de seu tempo ou, ao menos, de sua escrita como registro de um tipo de leitor cujo espectro ultrapassa a fronteira de seu ofício, espraiando-se em ofícios outros. De saída, o que se nos afigura um possível balanço inicial é enxergar em Antonio Candido o crítico literário de um tempo findo, que simulamos reproduzir ou ultrapassar, sempre com o gosto amargo de quem é sabedor de sua insuficiência – primária do ressentimento – e tem que se conformar a comentários tangenciais, sem poder mais mergulhar no cerne daquela formulação conceitual radicada na forma, como princípio de análise da obra literária. Não estranha que ele tenha se tornado um parâmetro, perdulário a qualquer sistema que não seja dado por certo entendimento específico do que quer que venha a ser entendido como literário. A sua Introdução ao método crítico de Sílvio Romero (1945), bem como a ideia de sistema literário, presente na sua Formação da literatura brasileira (1959), antes descartam a possibilidade de um programa de leitura a ser seguido, do que se oferecem como modelo de análise, interpretação ou historiografia a ser reproduzido indiscriminadamente. Tanto mais quanto considerarmos que a linhagem crítica reivindicada por Antonio Candido na condição de autor nunca foi levada muito a sério por seus leitores, porquanto se inicia no historiador e crítico sergipano, passa por Gilberto Freyre – tal como está referido e prefigurado no seu volume sobre a crítica de Sílvio Romero –, e ao mesmo tempo se espraia por todo o Mário de Andrade, para chegar no complexo estilístico que o identifica como crítico ou como historiador, conforme se queira. Vale a lembrança de que “O método crítico de Sílvio Romero” convertido em tese a ser apresentada como

requisito ao concurso de Literatura Brasileira serviu de credencial para sua migração da área de Ciências Sociais para a do ensino de Literatura e, conseqüentemente, permitiu sua admissão na Faculdade de Letras de Assis, conforme ele mesmo confessa no ensaio “Mario e o concurso” (CANDIDO, 2004b, p. 261-265), o que nos leva ao ovo de Colombo da crítica literária brasileira do século XX de que, desde sua primeira intervenção crítica, Antonio Candido esteve ligado ao Modernismo enquanto movimento literário e enquanto projeto estético.

Óbvio está que existe a sedução de desqualificar toda a produção de Antonio Candido justamente pelo que é seu mérito: ampliar o raio de alcance da obra e estender o poder de comunicação da crítica, como se fosse um demérito dialogar com sociólogos ou historiadores. Na contracorrente do raciocínio, o que se aventa aqui é a possibilidade de deslindar aquele postulado crítico sob a especulação de seus próprios pressupostos, o que é sempre resultado de uma leitura perspectivada e que, neste caso, não pretende se sobrepor à leitura sedimentada, já existente como uma referência e sobre a qual há a real possibilidade de reflexão intensa. Ora, se a proximidade de Mário de Andrade serviu de impulso para a atuação de Antonio Candido no xadrez da vida universitária e literária paulista – da cidade de Assis à de São Paulo – e, depois, na vida cultural brasileira do século XX – após sua consagração –, vencido este século, tal proximidade vem a incidir sobre seu postulado crítico, não necessariamente de maneira positiva.

Sim, porque Macunaíma não é exatamente um contraponto do pícaro. E é assim que vem a ser apresentado na sua excelente crítica, que serve de parâmetro para todo o desenvolvimento intelectual brasileiro. Sim, porque tal como o pícaro, Macunaíma também tem seu enraizamento no universo popular, o que desestabiliza a caracterização do malandro, se o tomarmos tal como o próprio crítico o define com um caráter de classe. Vários professores e, eventualmente, algum crítico tem repetido – talvez amparados no subtítulo da obra: “um herói sem nenhum caráter” – que o caráter de Macunaíma é outro, talvez inexistente ou possivelmente nulo, contraditório com o espírito que anima qualquer classe, que sempre haverá de ter um caráter, por pior que seja. Isso não está assinalado como condicionante do seu discurso crítico, embora faça tal atribuição à personagem, ao menos como inicia o segundo item assinalado acima, “Romance malandro”, como se vê.

“Digamos então que Leonardo não é um pícaro saído da tradição espanhola; mas o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popular de seu tempo, no Brasil. Malandro que seria elevado à categoria de símbolo por Mário de Andrade em Macunaíma e que Manuel Antônio de Almeida com certeza plasmou espontaneamente, ao aderir com a inteligência e a afetividade ao tom popular das histórias que, segundo a tradição, ouviu de um companheiro de jornal, antigo sargento comandado pelo major Vidigal de verdade.” (CANDIDO, 2004a, p. 22-23)

Assim cerzido no discurso crítico, parece até natural o desdobramento de uma genealogia narrativa iniciada por Manuel Antonio de Almeida e que vem se ramificar em Mário de Andrade, não fosse a caracterização das personagens que serve de suporte para a comparação. Todo o esforço crítico a fim de argumentar algo acerca da relação entre o malandro e Macunaíma, valendo-se inclusive da figura do trickster, esbarra num limite que faz lembrar uma roupa inadequada ao modelo, porque as matérias narrativas são muito diversas, seja pela temporalidade ou pela ambientação que as anima, afora o fato de que, devido à sua inscrição histórica, toda forma demanda caracterização específica. Por isso, é difícil aplicar a mesma categoria de um século ao outro, embora a elaboração conceitual do malandro só fosse possível na modernidade vivida por Antonio Candido no século XX e, ainda que seja legítima sua formulação retrospectiva, não pode se aplicar irrestritamente, nem mesmo sob a abstração do que venha a ser o Brasil, que não serve de solda a ambas as caracterizações.

Malandragem e seus pressupostos: sim ou não?

Se aceitarmos a extensão da malandragem em Macunaíma, a categoria apenas repõe o problema que o crítico se propunha a resolver, qual seja, o de atualizar a caracterização da personagem em detrimento de uma categoria inadequada. Por outra, se o pícaro não vale para Leonardo, por que o malandro valeria para Macunaíma? Alçar a categoria à condição de símbolo como símile da outra personagem parece igualmente forçoso. Além do mais, pensando no contrafluxo, tal como o pícaro, Macunaíma também tenta driblar a condição a que está confinado, seja através do sexo ou da operação financeira; aliás, é difícil imaginar um romance macunaímico que não seja o constitutivo daquela rapsódia, cuja insuficiência narrativa dificulta sua conversão em estatuto conceitual, ao contrário da narrativa picaresca. E até é possível supor uma narrativa malandra, descolada de Leonardo, mas não em Macunaíma. Sim, Macunaíma se transforma ao longo da narrativa, e se isso constitui um comportamento místico – conforme se descreve na cultura popular e suas lendas – tal como se espera naquela narrativa, não caracteriza e não tem como caracterizar um procedimento de classe, enquanto estiver enraizado no mito ou no símbolo, que não pode se instalar impunemente na arte, jamais redutível a funções ideológicas, mesmo quando assim se pretende. Portanto, a representatividade de Macunaíma, seja como elemento de cultura popular seja como personagem marioandradina, é de outra monta. Sim, tal como Leonardo, Macunaíma também circula pela cidade, mas sem nunca se sentir confortável na roupa de uma personagem urbana, ao contrário da personagem de Manuel Antonio de Almeida, nascida e criada no ambiente citadino.

Não, Macunaíma jamais poderá adquirir feição de representante da classe dominante, nem mesmo como uma distorção caricatural; não, a relação de Macunaíma com o seu espaço não é pacífica nem apaziguadora; não, Macunaíma não está isento de nenhuma das penalidades que incidem sobre ele e se escapa das punições sob mágica, não é porque esteja abusando do expediente clássico do “deus ex-machina”, mas sim porque é próprio do universo popular as soluções místicas, portanto, outra é a tradição que ele aciona. Logo, Macunaíma, ao menos enquanto personagem oriunda do universo popular, não pode ser reduzida ao estatuto de representação refratária da classe dominante, ideologizada num significante literário, ao contrário do que acontece com a personagem Leonardo de Manuel Antonio de Almeida. Diante do exposto, coloca-se o seguinte silogismo: ou a categoria do malandro proposta por Antonio Candido tem um caráter de classe e não se aplica à personagem Macunaíma, que não pode ser redutível a uma única classe; ou a categoria do malandro enquanto ferramenta crítica se aplica a várias personagens, justamente porque não tem caráter de classe, incluindo aí Macunaíma e João Miramar, como quer Roberto Schwarz, reforçando justamente o que é frágil no ensaio de seu orientador, mais de vinte anos depois, já que o livro que reúne seu artigo teve publicação inicial em 1987.

“Esta [a linha da malandragem] vem da colônia e se manifesta na figura folclórica de Pedro Malazarte, em Gregório de Matos, no humorismo popular, na imprensa cômica e satírica da Regência, num veio de nossa literatura culta do século XIX, e culmina no século XX, como Macunaíma e Serafim Ponte-Grande, onde é estilizada e elevada a símbolo.” (SCHWARZ, 2012a, p. 130)

Os méritos do ensaio de Candido, todavia, são inumeráveis, assim como o são o de seu comentador, o que não impede a verificação e a identificação de problemas argumentativos, justamente para aferir o grau de comunicação de nossa crítica e sua capacidade de descrever a representação social que, circunstancialmente, anima o que se queira como a realidade brasileira. A contribuição do artigo “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” para entendimento do exercício crítico é tão incisiva que intimida o leitor válido de outros pressupostos, que queira algum entendimento do ensaísta comentado ou mesmo da representação social do Brasil na literatura. Aqui, ao menos, aventa-se a possibilidade de sua apreciação, não de forma obediente, mas a contrapelo, o que não substitui a leitura do artigo, que aqui é solicitada. Para não parecer lance retórico, seguem duas passagens ilustrativas, porque não reproduzem simplesmente o comentário nem o raciocínio do crítico apreciado, mas ampliam

a compreensão da obra literária em pauta, incidindo sobre a compreensão da literatura e do próprio ato crítico.

“Com efeito, ao suprimir o escravo, o romancista suprimia quase totalmente o trabalhador; e suprimindo as classes dirigentes, suprimia os controles do mando. Ficava-lhe um setor intermédio e anômico da sociedade, cujas características entretanto serão decisivas para a ideologia dela. Um setor em que a ordem só dificilmente se impunha e mantinha” (SCHWARZ, 2012a, p. 132)

Assim como Antonio Candido desenvolve sua crítica colada no texto literário, dando-nos inclusive a impressão de que sua crítica é pouco mais do que uma paráfrase, de igual modo seu comentador se comporta em relação à interpretação, que acompanha passo a passo, argumento por argumento, a ponto de ficar difícil a distinção da formulação de um na do outro, não fosse o desempenho estilístico que os separa. Até porque há a reprodução de frases inteiras como as que se destacam abaixo, mesmo sem as aspas para distinguir o texto-base, sob a estratégia de apreciação acionada, segundo a qual interessa mais a fonte de reflexão do que propriamente o que se descola daí, cuja distinção se dá sobretudo pela aparição do substantivo “ideologia” e dos verbos no imperfeito “impunha” e “mantinha”, que não constavam no trecho da passagem original, conforme se vê.

“Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classe dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX.” (CANDIDO, 2004a, p. 38)

Apesar de ser portador de uma sintaxe menos elíptica, o texto de Antonio Candido parece mais aberto ao comentário, à proporção que especifica melhor os termos de seu anunciado e não o ancora previamente numa vertente ideológica, para a qual a palavra “ideologia” tem foro cifrado. Sob tal aspecto, quando Antonio Candido explicita que a oscilação da ordem para a desordem tem inscrição na vida cotidiana das personagens, que adquirem função representativa, justamente em decorrência da supressão do trabalhador e dos dirigentes, o efeito ideológico da formulação crítica se fia na forma literária que faz o argumento parecer mais vivo. Talvez assim seja porque se escancara a transferência de competências e atributos para as classes intermediárias, as quais ilustram em síntese um conglomerado de comportamentos desviantes, o que pode ser visto como justa representação dos dominantes sob o aparato dos dominados; ou ainda, como cristalização de condutas censuráveis que, mais do que índices de costumes, representam traços da sociedade, formalizados no romance e reorganizados pelo crítico para melhor compreensão da sua leitura.

Pressupostos, salvo engano, com algum desengano

É preciso referir ainda que o lapso temporal da escrita do ensaio “Dialética da malandragem” para a exposição de seus “Presuspostos, salvo engano” fez com que fosse possível pronunciar abertamente certas palavras censuráveis por ocasião da década de 1970, quando país estava sob regime de exceção. Daí sucede a reiterada tomada de posição de seu comentador, o qual, a todo o tempo, faz menção à direita e à esquerda, conferindo um valor irrestrito a esta última, como ponto de partida, dando a entender que aí residiria todo o seu hipotético público leitor. A essas alturas, Roberto Schwarz já está sendo compreendido como algo mais do que intérprete de Antonio Candido, cujo limite de abordagem vale tanto pelo rendimento de sua leitura do romance quanto pela conotação política de seu escrito. Uma vez circunstanciado o limite da abordagem, o texto de Roberto Schwarz se oferece mais do que uma resenha,

porque explícita e amplia o sentido da crítica a que se refere, quanto mais lhe atribui um significado político a um exercício teórico em torno de um objeto literário insuficiente e precário, cujas predicções permitem a melhor descrição da sociedade, quando enuncia o seguinte:

“O crítico tem de construir o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística. Este trabalho, se responde à finura de seu objeto, produz um conhecimento novo. Trata-se, noutras palavras, de chegar a uma estrutura de estruturas, ou melhor, a uma estrutura composta de duas outras: a forma da obra, articulada ao processo social, que tem de estar construído de modo a viabilizar e tornar inteligível a coerência e a força organizadora da primeira, a qual é o ponto de partida da reflexão.” (SCHWARZ, 2012a, p. 140)

Como se vê, a tentativa é a de extrair pressupostos que venham conferir legitimidade teórica à crítica de Antonio Candido, aparentemente descritiva e circunstancial, quando, na verdade, seu apelo justo é o de atingir a sociedade brasileira através de uma interpretação circunstancial que se pretende representativa, não só de comportamentos recuados no tempo, mas sobretudo de sua porosidade extensível até a atualidade ou a algum traço de cultura mais fundo, que possa ser qualificado como brasileiro. Admira, a partir disso, que o propósito seja exatamente o de abstrair da esfera romanesca algo que se descole da realidade, não como algo ocasional ou fortuito, mas como algo substantivo da sociedade brasileira, que permita sua visualização como uma estrutura. Estrutura, bem entendida, como um delineamento de traços que permitam sua compreensão como uma totalidade, e não como mero depositário de conceitos ou de procedimentos analíticos já sedimentados. O desejo de vincar uma estrutura mais se afasta do que se aproxima do estruturalismo, justamente porque não prevê sua reduplicação irrestrita, mas requer revisão a cada ato crítico, sem reproduzir a estrutura que não pode ser atualizada, mas fundando outra. Por isso, cada ato crítico demanda uma estrutura particular e o óbvio ululante é que a estrutura do “Dialética da malandragem” não é reproduzível, apesar de representar exemplarmente a cultura brasileira, e não só a oitocentista, mas também e sobretudo a que se desenvolve a partir dali, para conferir historicidade ao conceito e fazer-lhe parecer legítimo. Também por isso, Antonio Candido não saiu reproduzindo os pressupostos daquele seu ensaio indiscriminadamente em outros escritos seus, porque ele os sabia limitados. Daí a necessidade imperativa de circunstanciá-los.

A observação convém porque, a depender da exploração que se queira da categoria, a malandragem vem a ser algo como um cacoete de cultura, identificável em qualquer personagem que não se submeta ao que se apresenta como regra ou ordem; ou ainda, como traço distintivo da classe dominante brasileira cujo enraizamento histórico está encravado no Brasil escravocrata oitocentista que se alastra pelos nossos dias, afirmando o caráter representativo da categoria, tanto histórica quanto literariamente. A depender da opção que o leitor faça, haverá de sacrificar uma ou outra compreensão da categoria presente em cada hipótese. Se a caracterização da personagem malandra tiver a capacidade de se universalizar para outras personagens representativas da cultura brasileira como um todo, não tem caráter de classe; se tiver caráter de classe, tal caráter precisa ser circunstanciado no contexto das Memórias e não se aplica a Macunaíma, por exemplo, bem como não se ajusta facilmente a outras personagens. A não ser que tomemos o efeito ideológico da classe dominante já internalizado a tal ponto em nossa cultura que não coubesse a nenhum autor da literatura brasileira fugir desse imperativo categórico, que a malandragem nos impõe, se não como um desvio, como um sintoma.

Por outra, problematizar a categoria parece ser um modo eficaz de reivindicar algum expediente racional para a elucidação da forma, a fim de precisar o seu alcance e não tomar a categoria como um ancoradouro irrevogável da leitura do romance ou da sua representação social, sem referir às circunstâncias de pronunciamento do romancista e do crítico. Trocando em miúdos, se não esmiuçarmos a categoria que instrumentaliza o entendimento da forma, estaremos propensos a consignar-lhe uma hipotética essencialidade prévia, sem considerar os limites de sua formulação, legitimando-a invariavelmente, o que não deixa de ser uma hábil maneira de lhe conferir um caráter ideológico, talvez até a contragosto do

próprio crítico. Para atualizar o seu postulado, é preciso analisar os pressupostos, para não nos iludirmos com a sua eficácia, o que nos leva à sentença de que sem autocrítica estaremos a um passo da mistificação. Para tanto, a interpretação de Antonio Candido se oferece como ótimo esteio para o exercício de leitura e de representação literária do Brasil, o que também já foi assinalado por Roberto Schwarz no mesmo texto em que celebra a crítica, que se estrutura por si conforme se vê.

“Um dos maiores esforços das sociedades, através de sua organização e das ideologias que a justificam, é estabelecer a existência objetiva e o valor real de pares antitéticos, entre os quais é preciso escolher, e que significam lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita e assim por diante. Quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção. Por isso mesmo desenvolvem-se paralelamente as acomodações de tipo casuístico, que fazem da hipocrisia um pilar da civilização. E uma das grandes funções da literatura satírica, do realismo desmistificador e da análise psicológica é o fato de mostrarem, cada um a seu modo, que os referidos pares são reversíveis, não estanques, e que fora da racionalização ideológica as antinomias convivem num curioso lusco-fusco.”(CANDIDO, 2004a, p. 41)

Nesse passo, é mais do que acertado relacionar a conduta da personagem malandra com a estrutura social do Oitocentos brasileiro. Daí o que parece displicente para sua qualificação é não relacionar os abusos do espaço público como uma seqüela direta do sistema escravocrata, cujos desdobramentos atingiram as gerações seguintes com uma profundidade e intensidade muito maiores do que a sífilis e foi profetizado literariamente por aquele que sempre é arrolado entre os historiadores e os sociólogos como reformador social, mas não como o autor cuja produção tem maior representatividade na formação do estado brasileiro. Ao menos, se entendermos representação como uma transfiguração da realidade que se estende em duração pelo reconhecimento de seus contemporâneos e incide certamente sobre o reconhecimento que seus pósteros terão passado e que lhes ilumina no seu presente, como se segue.

“A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte ...” (NABUCO, 1999, p. 163)

O espaço social romanesco contrafeito à escravidão

Convertido em gatilho da memória, a síntese do argumento acima faz com que a sátira adquira tom dramático, porque não existe mais aí a possibilidade de transfigurar as oscilações abusivas em procedimento literário, que se vê vergastado pela depuração da realidade que se oferece em chave alegórica, não de uma experiência individualizada, mas como fruto do regime escravocrata que serviu de chão para a escrita das Memórias. Algum leitor mais empenhado do abolicionista poderá argumentar que “alegrias sem causa” e “tristezas sem dia seguintes” são atributos demasiadamente individuais para serem considerados como sintomas sociais. A hipótese seria uma verdade fácil para todos aqueles que não são brasileiros e poderiam ser talvez arrolados no diagnóstico da esquizofrenia ou da bipolaridade, mas não para o brasileiro que oscila entre a ordem e a desordem, tal como foi flagrado por Antonio Candido. O que é sintoma em outra língua é condição de existência para quem fala em português no Brasil, cujo idioma se faz, ocasionalmente, indecifrável mesmo para os proficientes. Isso se deve menos ao entendimento do código, do que a lógica acionada, nem sempre decifrável para quem não está familiarizado com a dinâmica que rege o grosso das relações de mando e de servidão. Daí a dificuldade de enquadramento na racionalidade iluminista, por mais consensual que se nos pareça, donde decorre uma mentalidade que

está entranhada no serviço público, tal como o romancista descreveu ou o abolicionista profetizou, e o crítico só quis ver como forma literária. Sendo algo a mais, tal como se descreve abaixo.

“O funcionalismo é, como já vimos, o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode-se dizer, em regra, como se diz das fortunas feitas no jogo, que não medram nem dão felicidade. É além disso o viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que tem ambição e capacidade, mas não tem meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e de segunda ordem, que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas duas listas, os nomes de quase todos eles. [...] Nessas condições oferecem-se ao brasileiro que começa diversos caminhos, os quais conduzem todos ao emprego público. As profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas. Além desses, que recolhem por assim dizer as migalhas do orçamento, há outros, negociantes, capitalistas, indivíduos inclassificáveis, que querem contratos, subvenções do Estado, garantias de juro, empreitadas de obras, fornecimentos públicos.” (NABUCO, 2000, p. 128-129)

O trecho supracitado foi retirado do capítulo XV do livro *O abolicionismo*, intitulado “Influências sociais e políticas da escravidão”, que se estende sobre considerações que vão do comércio à diplomacia, passando pela lavoura e pela religião. Como o que nos interessa imediatamente é o serviço público, porque sintetiza o ambiente de conflitos ilustrados pela conduta da personagem Leonardo, conviria fazer alguma elucubração entre a prosa de ficção de Manuel Antonio de Almeida e a prosa ensaística de Joaquim Nabuco, que migra da colaboração em jornal para o volume. Qualquer que seja o ponto de interlocução entre as prosas, a de Nabuco invariavelmente exerce função ilustrativa e explicativa de todos os desmandos referidos e enredados no devir romanesco das Memórias, do qual é contemporâneo. Melhor dizendo, o abolicionista descreve prosaicamente o perfil da personagem romanesca como uma trajetória comum à educação sentimental da época, cujo enredo social fez parte de seu repertório formativo. Aliás, seu comentário parece tão colado às peripécias de Leonardo, que lembra uma profecia e é como oráculo que Joaquim Nabuco se nos oferece, porque conseguiu flagrar com precisão e agudeza as contradições expostas no romance que o antecede e que são ali apresentadas sob a vestimenta da sátira, como se transcreve abaixo, na descrição de um ofício indeterminado adquirido e exercido pela personagem que figura um sem-número de ofícios outros que transitam da esfera privada para pública, cujo contorno é dado por uma relação sinuosa com o âmbito familiar, mediada pelo favor com que se contempla e originou esta figura esquizóide que é o “Agregado”, título do Capítulo X, do segundo volume do romance.

“Leonardo, depois de acabadas todas as cerimônias, foi declarado agregado à casa de Tomás da Sé, e aí continuou convenientemente arranjado. Ninguém se admire da facilidade com que se faziam semelhantes coisas; no tempo em que se passavam os fatos que vamos narrando nada havida mais comum do que ter cada casa um, dois, e às vezes mais agregados. Em certas casas os agregados eram muito úteis, porque a família tirava grande proveito de seus serviços, e já tivemos ocasião de dar exemplo disso quando contamos a história do finado padrinho de Leonardo; outras vezes porém, e estas eram em maior número, o agregado, refinado vadio, era uma verdadeira parasita que se prendia à árvore familiar, que lhe participava da seiva sem ajudá-la a dar os frutos, e o que é mais ainda, chegava mesmo a dar cabo dela. E o caso é que, apesar de tudo, se na primeira hipótese o esmagavam com o peso de mil exigências, se lhe batiam a cada passo com os favores na cara, se o filho mais velho da casa, por exemplo, o tomava por seu divertimento, e à menor e mais justa queixa saltavam-lhe os pais em cima tomando partido de seu filho, no segundo aturavam

quanto desconcerto havia com paciência de mártir, o agregado tornava-se quase rei em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha enfim nos mais particulares negócios.”(ALMEIDA, 2006, p. 257)

Eis aí a síntese da atualização do pai meirinho no agregado filho em que se convertera a personagem Leonardo Pataca, para quem a naturalidade da corrupção dos procedimentos legitima a aberração da prática como usual, embora não tenha passado despercebidos aos próprios contemporâneos, entre os quais podemos listar o romancista que ilustra o caso na sempre providencial chave alegórico-satírica. A travessia da esfera privada para a pública está a um passo, já que ambas estão pautadas pelos costumes internalizados no cosmo familiar que passa a ser a medida de todas as coisas no patriarcado brasileiro, que se modernizou no século XIX. Por uma razão ou por outra, devemos projetar algumas lentes para melhor observar as advertências do narrador, a exemplo de quando afirma: “Ninguém se admire da facilidade com que se faziam semelhantes coisas”. Ora, a solicitação para que não se admire exerce o efeito oposto, uma vez que lança luz sobre a estranheza do comportamento, que era comum à sua época e ainda repercute nos dias atuais, com alguma modalização, cuja síntese ainda continua valendo: “o agregado, refinado vadio, era uma verdadeira parasita que se prendia à árvore familiar, que lhe participava da seiva sem ajudá-la a dar os frutos, e o que é mais ainda, chegava mesmo a dar cabo dela.” Como o núcleo social está enraizado na família, ao minar tal núcleo teria de haver uma repercussão irrefreável nas demais esferas sociais, das quais é inumerável a quantidade de favorecidos e apaniguados, cuja tônica do desempenho nunca é dada por habilidade técnica ou conhecimento do ofício, e sim pela relação que se estabelece no seio familiar e se estende por tudo quanto é sociabilidade com critérios nem sempre fáceis de apontar, mas decerto asfixiantes.

Não deixa de ser curioso que a figura do “agregado” tenha ficado célebre na literatura brasileira pela leitura que Roberto Schwarz no seu livro *Ao vencedor as batatas*, analisando um romance posterior ao de Manuel Antonio de Almeida e com repertório que é desdobrado justamente da crítica de Antonio Candido. Se há um diálogo crítico entre o leitor especializado de Machado de Assis e o autor de “A dialética da malandragem”, é preciso referir com ainda mais ênfase a linha que conduz a tradição romanesca brasileira das primeiras Memórias às posteriores, que não se restringe à coincidência do título ou a um possível subgênero de romance praticado no Brasil, mas que vem a ser um ato constitutivo do ofício crítico, que já havia sido assinalado reiteradamente pelo próprio Roberto Schwarz e, mais recentemente, também explicitado pela apresentação do romance de Manuel Antonio de Almeida por Mamede Jarouche (2006, p. 59).

Curioso mesmo é que Roberto Schwarz não tenha se amparado no repertório do abolicionista para dar substância à sua magnífica caracterização da personagem José Dias, nem Antonio Candido os tenha acionado para credenciar o caráter nacionalista de sua leitura, haja vista que o memorialista do Oitocentos, travestido de cronista do Brasil, serviria de ótimo anteparo para a repercussão de seu ensaio, tanto pela folga que ele nunca deixou de gozar na vida cultural brasileira, quanto pelo fato de se inscrever no panteão dos nossos ilustres, circunstâncias essas que decerto o afastam de qualquer coloração ideológica em vigor. Se assim fosse, a oscilação entre a ordem e a desordem ficaria talvez mais bem assegurada e o pêndulo que oscila ora para o lícito e ora para o ilícito decerto ancorado num ponto mais firme. Conforme fosse, talvez o alcance de seu escrito tivesse atingido um poder de comunicação ainda maior e talvez até mesmo atingido as cabeças daqueles que estavam perfilados do lado oposto ao seu naquele momento de viva e escaldada polarização, aliás, bem parecida com a que vivemos hoje e que o romance enuncia, conforme já foi muito bem discriminado por ele.

Forçoso é reconhecer que as partes do romance analisado, que é de cariz folhetinesco, nem sempre se articulam e, ao eleger uma parte como constituinte estruturador, ainda que seja no plano simbólico só revela algo de uma estrutura fissurada, que levanta suspeitas como estrutura. E se a estrutura não servir ao propósito crítico, o saldo que nos resta é o de que tal desconfiança não nos consola diante da hipótese da inexistência de algum correlativo formal mais preciso. Quando a estrutura é comprometida, apenas ficamos sem a estrutura e isso não pode ser entendido como um ganho, porque é efetivamente uma

perda. A não ser que nos postemos do lado oposto da balança comercial que afere o rendimento crítico, ocasionalmente ilustrado por Antonio Candido, pesando-o com medidas de outros ofícios, cujos pesos serão alheios ou estranhos à forma literária. A perda de confiança na estruturação do romance brasileiro representada pelo às da nossa crítica nos lança na mesma orfandade que já vinha sendo decantada por filósofos e historiadores da dissolução dos universais. A descrença na universalidade crítica de Antonio Candido evidencia tão somente a impossibilidade de eleger pressupostos iluministas como critério de apreciação, aos quais poderíamos conferir algum valor de verdade. Contingenciada a verdade, conforme gosto e interesse do leitor, a aparente liberdade implica um limite de percepção.

Por outro lado, é justamente devido à precariedade de uma obra que jamais poderá ser lida como uma grande realização literária, que as Memórias de um sargento de milícias permitem a visualização de um terreno movediço e fértil para a crítica, porquanto inscreve na sua materialidade linguística as fraturas da realidade social, muito mais precária do que a própria obra e que se oferece como símile caduco e inoperante. A sua insuficiência formal é precisamente o que propicia a Antonio Candido o apuro de sua visualização da sociedade brasileira vista em perspectiva, porque não está de todo envolta nos quinhentos mil véus do discurso emaranhadamente literário e tampouco se apresenta como descrição da realidade. Seu acabamento formal, à medida que é precário, dispõe dos desvãos da realidade com nitidez, ao mesmo tempo em que tal visualização só é possível porque está formalizado. Não fosse assim, o olhar de Antonio Candido não poderia ter o alcance que tem. Sua leitura permanece atual porque está intricadamente inserida na forma, que não apresenta a sociedade de modo transparente, mas deformada e às vezes ampliada no que tem de pior, o que é prato cheio para o romance em foco.

Constituindo-se a impossibilidade de reprodução de sua leitura como uma condição incontornável no âmbito da crítica brasileira, teremos de nos haver e nos conformar a fatos circunstantes – sejam literários ou sociais –, ainda mais sob a mediação de uma transcendência também precária e insuficiente, o que de algum modo é celebrado aqui. Poderemos talvez acionar um repertório crítico possivelmente mais preciso e consequente com o desenvolvimento da imprensa e da literatura no Brasil, tal como Mamede Mustafá Jarouche empreende muito generosamente no seu excelente ensaio “Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de luzias e saquaremas” (2006, p.13-59), o que nos alivia sob o ponto de vista histórico e da historiografia literária, mas sem uma fresta de luz para os pressupostos da razão esclarecida, o que parece ter sido golpeado para todo o sempre, não sem algum ressentimento e com a fútil esperança na retórica. Tendo sido publicado inicialmente em 1970, não há no texto de Antonio Candido qualquer menção a referências explicitamente marxistas nem ao próprio Karl Marx. Como hoje estamos absorvidos completamente pela polarização ideológica, aqui se deu o movimento contrário, a saber, o de explicitar o cunho marxista do texto sob visada que não é exatamente dialética, apesar de abusar de contradições. A expectativa é a de que, independente do teor ideológico do qual não conseguimos escapar, possa se dar precedência ao apuro teórico e estético, mesmo quando ancorado em determinações do real ou se pretenda infletir sobre sua porosidade, o que é sempre um ato de leitura, mesmo quando não se quer crítico.

Referências

- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem” in: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul ; São Paulo: Duas Cidades, 2004a. p. 17-46
- _____. *Recortes*. “Mário e o concurso” in: *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul ; São Paulo: Duas Cidades, 2004b. p. 261-266
- JAROUCHE, Mamede Mustafa. “Galhofa sem melancolia: as *Memórias* num Mundo de Luzias e Saquaremas”. in: ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006, p. 13-59
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. in: *Que horas são?* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a. p.129-156
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

Recebido em: 31/08/2017

Aceito para publicação em: 12/12/2017